

Catarina Sarmento e Castro

Ministra da Justiça

Intervenção da Ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, por ocasião da Sessão de lançamento da Estratégia GovTech da Justiça - Hub da Justiça

Lisboa, 17 de fevereiro de 2023

Desde o início deste século, o setor da Justiça tem sido alvo de significativas reformas de modernização e simplificação de processos e procedimentos, para melhorar o acesso aos seus serviços e torná-los mais ágeis, eficientes e próximos dos cidadãos e das empresas.

O pioneirismo de diversas iniciativas – como a Empresa na Hora, a tramitação digital de processos e automatização de atividades nos tribunais, ou a utilização de equipamento tecnológico inovador no combate a novas formas de criminalidade – tem sido reconhecido, nacional e internacionalmente, e é revelador do esforço que as diferentes áreas da Justiça têm empreendido para alterar os seus paradigmas e *modus operandi*.

O exemplo do Cartão de Cidadão, que em breve irá incorporar mais tecnologia, é, a todos os títulos, paradigmático. Duas medidas de enorme impacto – a sua renovação automática e a entrega em casa através de correio – já permitiram evitar cerca de 4 milhões de atendimentos presenciais.

É a inovação posta ao serviço da vida das pessoas.

Mas há outros exemplos:

- os registos de nascimento online, que já são mais de 17 mil, e dos quais 12 mil foram feitos em simultâneo com o pedido do CC do bebé;
- ou a consulta dos processos através da internet. Se somarmos os processos consultados nos sistemas dos tribunais judiciais e dos tribunais administrativos e fiscais, só em 2022, foram registadas mais de 4 milhões de consultas, das quais mais de 60% foram realizadas fora do horário de abertura das secretarias, reforçando a conveniência;
- ou o acesso ao registo criminal online, que poupou mais de 360 mil deslocações aos tribunais para pedir um documento de que quase todos nós já precisamos alguma vez na nossa vida. Além disso, a comunicação do registo criminal é hoje realizada através de interoperabilidade com o Ministério da Educação e também com o SEF, reduzindo a necessidade de qualquer ação dos cidadãos;

- ou ainda os Balcões + de atendimento centralizado, que hoje funcionam em 241 tribunais de todo o país, e evitam as deslocações dos cidadãos entre secretarias de tribunais.

É a inovação posta ao serviço da vida das pessoas.

Ora, como hoje aqui pudemos testemunhar, a Justiça quer continuar a afirmar-se como laboratório desta inovação, ousando soluções com recurso a tecnologias emergentes, que permitam automatizar tarefas, facilitar o acesso à informação e ao conhecimento e aumentar a capacidade de resposta dos serviços.

Importa agora consolidar, alargar e acelerar a concretização destas medidas, reconhecendo e sublinhando o seu papel catalisador na transformação que almejamos concretizar.

Para tal, o apoio previsto no Plano de Recuperação e Resiliência para a área da Justiça é crucial. Nos últimos 10 meses, já foram contratualizados 45,1 milhões de euros (39,3 milhões de euros na componente C18 – Justiça Económica e Ambiente de Negócios, e 5,8 milhões de euros na componente C8 – Florestas). **É um valor**

equivalente ao total executado nos últimos 10 anos, na modernização da Justiça.

Mas, para assegurar o sucesso destas reformas, é necessário, naturalmente, que a mudança não seja feita apenas de fora para dentro. E é necessário, portanto, por um lado, partir da observação das necessidades e expectativas dos cidadãos e das empresas – para identificar os problemas e necessidades que carecem de soluções; e, por outro, ouvir e envolver todos os agentes da Justiça – quer nesta identificação quer na definição e no desenho das soluções.

Eis, pois, o que pretendemos com esta estratégia GovTech da Justiça: agregar as respostas que é necessário dar, para transformar a forma como a Justiça está organizada e presta os seus serviços; juntar todo este capital de conhecimento e de inovação, que existe tanto no setor privado como no setor público, para responder aos desafios concretos das entidades da Justiça; e permitir que os serviços ganhem mais agilidade e eficiência, assim respondendo melhor aos cidadãos e às empresas.

Ora, essas respostas envolvem, antes de mais, a aposta no reforço de competências das pessoas da Justiça para a inovação: as mudanças fazem-se com pessoas e para pessoas e não há mudança sem processos de aprendizagem.

Recordo, a este propósito, a primeira edição do LAB Justiça – neste momento, prestes a terminar –, que envolveu 100 dirigentes e gestores de projeto de todas as áreas da Justiça, e que resultou da parceria com duas das mais conceituadas instituições de ensino na área da gestão, liderança e inovação, a NOVA SBE e o ISEG.

É um projeto a que queremos dar continuidade, abrindo-o a públicos mais vastos, adaptando-o às necessidades que forem identificadas e oferecendo mais formação, nas modalidades que, em cada caso, se revelem as mais adequadas.

As respostas aos desafios da Justiça dependem, além disso e em muito, da colaboração e das sinergias que conseguirmos estabelecer. A administração pública não pode nem deve fazer tudo sozinha. O ritmo acelerado das mudanças, em particular das tecnológicas, e as exigências crescentes dos cidadãos impõem novos modelos de inovação assentes na colaboração.

Por isso, esta busca de respostas inovadoras deve incentivar a participação das *start-ups*, aproveitando o potencial que estas empresas têm para ajudar a construir mudanças mais disruptivas e mais rápidas.

São respostas que devem, também, permitir criar mais automatização, eliminando tarefas repetitivas ou sem valor acrescentado. Mas importará deixar muito claro que automatizar não significa substituir as pessoas por máquinas, nem tem por objetivo reduzir o número de profissionais na Justiça. Bem pelo contrário, estas ferramentas permitem e devem servir para alocar os trabalhadores a tarefas mais estimulantes e, simultaneamente, a apoiar o seu trabalho.

A modernização em curso e prevista nas reformas do PRR envolve uma profunda transformação da Justiça: dos tribunais aos registos, da investigação criminal à propriedade industrial, ou à medicina legal e ciências forenses.

Refiro-me, designadamente, a iniciativas como a modernização dos sistemas dos tribunais, em curso. É preciso disponibilizar dados de forma clara, útil, e, acima de tudo, segura e

transparente. Nesta matéria, quero salientar a importância do trabalho de articulação entre a Justiça, o Conselho Superior da Magistratura e o Conselho Superior dos TAF, para disponibilizar uma solução integrada de anonimização de sentenças nos sistemas de informação dos Tribunais, baseada em algoritmos de Inteligência Artificial. E que é uma solução fundamental, não só para garantir uma maior transparência das decisões judiciais, possibilitando o livre acesso a toda a jurisprudência, mas também para auxiliar os magistrados na tomada de decisões, e simultaneamente, libertar recursos humanos para atividades com maior valor acrescentado.

A mesma metodologia está a ser aplicada à interface centrada nos procuradores, que também alargará, em breve, o número de utilizadores que ajudarão a testar e a evoluir o sistema, ou, ainda, à interface dos mandatários.

Hoje mesmo, durante a tarde, irá decorrer neste espaço um evento de cocriação, para pensar o que deve ser esta interface. Metodologia de trabalho inovadora e participativa, contará com os contributos de advogados, solicitadores, universidades e startups, o que permitirá incluir nesta nova aplicação – única entre

as jurisdições comum e administrativa e fiscal –, funcionalidades avançadas de interoperabilidade, com ferramentas que os mandatários já utilizam – ferramentas como gestão de processos, que evitam tarefas duplicadas. Mas será também uma interface que servirá aqueles que ainda não dispõem de ferramentas próprias, automatizando o seu trabalho. Ainda durante este ano, apresentaremos a primeira versão deste projeto.

É deste trabalho colaborativo que trata o GovTech Justiça.

Ainda no âmbito desta estratégia, queremos igualmente trabalhar mais com a academia, desafiando-a a pensar connosco o futuro da Justiça, aproximando a Justiça da investigação avançada em tecnologia e trabalhando em conjunto para medir impactos dos projetos de inovação. Com este último objetivo, encontra-se já em curso, em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, um estudo que visa avaliar os resultados e benefícios do BUPi – Balcão Único do Prédio e conta com o apoio do PRR.

De igual forma, estamos a encetar contactos com mais entidades da academia, para efetuar a análise do impacto do PRR na

Componente Justiça Económica, quer em termos de eficiência interna quer dos benefícios para os cidadãos e empresas.

Queremos perceber quais os impactos efetivos destas reformas no acesso à justiça, na qualidade dos serviços, na eficiência, na atração de investimento, mas também na humanização. Queremos saber o que precisamos de melhorar, onde devemos alterar o rumo, mas também o que está bem, e que por isso pode e deve ter continuidade e ser replicado.

E porque a Justiça não trabalha de forma isolada, encetámos estes desafios em estreita articulação com outras áreas governativas, em particular, com a da digitalização e da modernização administrativa, utilizando standards, desde a interoperabilidade à identidade visual, ou a integração crescente para melhor servir cidadãos e empresas.

A Estratégia GovTech da Justiça não é, portanto, um programa tecnológico. É um programa de inovação colaborativa, que conta com contributos de todos, e que, honrando um mote deste XXIII Governo Constitucional, almeja não deixar ninguém para trás.

Assim, desejo que este seja apenas o primeiro dia de uma nova fase de trabalho, ambiciosa, mas realista, com meios disponíveis, mas também alinhada com a exigência de medir impactos.

Para que, em conjunto, enfrentemos o comum desafio de uma justiça mais digital, mas sempre inclusiva; mais eficiente, inovadora e amiga das empresas; mais humana e sempre ao serviço dos cidadãos.

Muito obrigada.